Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

Grant Thornton

E.P.A.
Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264TP-028-PB



Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Quotistas da
E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | EPA | GTB54642

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | EPA | GTB54642

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Tiago dos Santos Lima

Assinado por: TIAGO DOS SANTOS LIMA:33641541808
CPF: 33641541808
Papel: Sócio
Data/Hora da Assinatura: 05/05/2026 19:58:46 BRT

O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5

Tiago dos Santos Lima
Contador CRC 1SP-268.549/O-6

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | EPA | GTB54642

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.546	134.440
Contas a receber	5	651.725	399.334
Estoques	6	267.908	87.106
Tributos a recuperar	-	290	861
Adiantamentos	7	17.430	61.745
Total do ativo circulante		**1.021.899**	**683.486**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributo a recuperar	-	1	69
Depósitos judiciais	19	36.708	9.561
Partes relacionadas	13	40.793	28.593
Imobilizado	8	113.851	119.070
Total do ativo não circulante		**191.353**	**157.293**
Total do ativo		**1.213.252**	**840.779**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	9	87.896	49.546
Empréstimos e financiamentos	10	31.475	21.750
Obrigações trabalhistas	11	2.284	1.876
Obrigações tributárias	12	24.288	18.018
Imposto de renda e contribuição social	12	33.590	14.824
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	13	99	12.354
Outros passivos	-	2.140	185
Total do passivo circulante		**181.772**	**118.553**
Passivo não circulante			
Empréstimos financiamentos	10	-	1.920
Obrigações tributárias	12	7.041	18.724
Partes relacionadas	13	13.005	-
Provisão para demandas judiciais	19	43	29
Total do passivo não circulante		**20.089**	**20.673**
Patrimônio líquido			
Capital social	14	5.000	5.000
Reserva de lucros	-	1.006.391	696.553
Total do patrimônio líquido		**1.011.391**	**701.553**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.213.252**	**840.779**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	15	1.160.943	893.839
Custo dos produtos vendidos	16	(840.530)	(607.531)
Lucro bruto		**320.413**	**286.308**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(65.587)	(61.906)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	16	(2.399)	(3.348)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	130.753	98.752
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**383.180**	**319.806**
Receitas financeiras	17	15.184	20.453
Despesas financeiras	17	(14.092)	(7.130)
Variação cambial, líquida	17	4.979	(12.499)
Resultado financeiro líquido		**6.071**	**824**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**389.251**	**320.630**
Tributos sobre o lucro	18	(55.613)	(33.810)
Lucro líquido do exercício		**333.638**	**286.820**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**333.638**	**286.820**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**333.638**	**286.820**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**5.000**	**344.227**	**80.006**	**-**	**429.233**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	286.820	**286.820**
Constituição de reserva de incentivos fiscais - Estadual	18 / 14 c)		99.705		(99.705)	**-**
Constituição de reserva de incentivos fiscais - SUDAM	18 / 14 c)	-	38.506	-	(38.506)	**-**
Juros sobre capital próprio	14b	-	-	-	(14.500)	**(14.500)**
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	134.109	(134.109)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**5.000**	**482.438**	**214.115**	**-**	**701.553**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	333.638	**333.638**
Constituição de reserva de incentivos fiscais - Estadual	18 / 14 c)	-	129.198	-	(129.198)	**-**
Constituição de reserva de incentivos fiscais - SUDAM	18 / 14 c)	-	71.077	-	(71.077)	**-**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	9.000	(16.800)	**(7.800)**
Distribuição de lucros	14 b)	-	-	-	(16.000)	**(16.000)**
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	100.563	(100.563)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**5.000**	**682.713**	**323.678**	**-**	**1.011.391**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos tributos		**389.251**	**320.630**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais			
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	5	2.399	3.348
Depreciação	8	12.513	11.553
Provisão para demandas judiciais	19	14	(267)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	429
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial	-	4.006	3.890
Total		**408.183**	**339.583**
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	-	(254.790)	(146.212)
Tributos a recuperar	-	639	4.430
Estoques	-	(180.802)	(16.136)
Adiantamentos	-	44.315	(20.768)
Depósitos judiciais	-	(27.147)	(9.556)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores	-	38.350	5.151
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(5.005)	(12.551)
Outros passivos	-	1.955	81
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**25.698**	**144.022**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(36.847)	(26.918)
Caixa líquido (consumido nas) gerado nas atividades operacionais		**(11.149)**	**117.104**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(7.294)	(31.161)
Partes relacionadas	-	(12.200)	(28.593)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(19.494)**	**(59.754)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	70.255	5.072
Amortização de empréstimos e financiamentos	10	(65.845)	(5.946)
Amortização de juros sobre empréstimos e financiamentos	10	(611)	(313)
Partes relacionadas	-	13.005	
Distribuição de lucros e Juros sobre Capital Próprio pagos	14. b)	(36.055)	(19.788)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(19.251)**	**(20.975)**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(49.894)**	**36.375**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	134.440	98.065
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	84.546	134.440
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(49.894)**	**36.375**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

1. Contexto operacional

A E.P.A. – Empresa de Plástico da Amazônia Ltda. ("Empresa" ou "E.P.A.") é uma empresa de quotas de responsabilidade limitada, localizada na Avenida Açaí, 287 - Distrito Industrial I, no município de Manaus, Amazonas A Empresa foi constituída e iniciou suas operações em 09 de fevereiro de 2010.

A Empresa é controlada diretamente pela Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda., localizada em Camaçari, Bahia, que possui 99,8% das quotas do seu capital social, e faz parte de um grupo empresarial a Packingroup (vide detalhes na nota explicativa nº 13).

O objeto da Empresa é a industrialização, comércio, importação e exportação de produtos termoplásticos bem como a prestação de serviços concernentes ao ramo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 05 de maio de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 - Políticas contábeis materiais.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis.

Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R$) ("moeda funcional") usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, cujos itens são mensurados. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial das datas dos balanços. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com ativos e passivos financeiros, incluindo também empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado, como "Variações cambiais, líquidas".

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota Explicativa nº 5);
- Análise de vida útil de ativos (Nota Explicativa nº 8); e
- Provisões e passivos contingentes (Nota Explicativa nº 19).

A Administração da Empresa não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa.

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, deduzidas de eventual provisão para redução ao valor recuperável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A perda esperada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A Empresa considerar para fins de risco de crédito fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo os parâmetros qualitativos, a Empresa considera aumentado o risco de recebimento de títulos vencidos a mais de 180 dias. Avalia ainda o potencial impacto de perda sobre os títulos a vencer para cálculo das provisões para perda de crédito esperada que considera o volume de faturamento e histórico de perdas efetivas de anos anteriores.

3.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** ao custo amortizado, **(b)** mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e **(c)** mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Empresa **(i)** com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Empresa **(i)** tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Empresa optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria**.**

Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

d) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na Rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para os instrumentos derivativos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Empresa de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras dos empréstimos estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou em outro tipo de reorganização financeira, "*default*" ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com "*defaults*".

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

e) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

f) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, não excedendo o seu valor realizável líquido. Quando aplicável, é constituída uma perda estimada para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

3.5. Imobilizado

3.5.1. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados;
- Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento; e
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

3.5.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo será medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

3.5.3. Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A vida útil estimada das várias categorias de ativos identificadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto. Nas demonstrações contábeis de 2025 e 2024, não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil correspondente ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Provisões e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências, divulgadas na Nota Explicativa nº 19, são classificadas como:

- **Prováveis**: para as quais são constituídos passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis;
- **Possíveis**: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis quando relevantes, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas**: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.10. Benefícios a funcionários e dirigentes

A Empresa não mantém planos de pensão, de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes pós-saída da Empresa.

O reconhecimento da participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável e aprovado pela Administração da Empresa.

3.11. Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeitos relevantes.

3.12. Distribuição de lucros e Juros sobre capital próprio

(a) Juros sobre capital próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP) são instituto criado pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei nº 9.249/95. É prática usual das sociedades distribuírem-nos aos seus acionistas e imputarem-nos ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação vigente

(b) Dividendos obrigatórios

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído ou pode ser distribuído por valor inferior ao determinado no estatuto social da entidade, quando não houver lucro realizado em montante suficiente (artigo 202, inciso II). Quando o dividendo obrigatório, devido por força do estatuto social ou da própria lei, excede o montante do lucro líquido do exercício realizado financeiramente, pode a parcela não distribuída ser destinada à constituição da reserva de lucros a realizar.

3.13. Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: **(i)** identificação dos contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

As receitas são mensuradas com base na contraprestação a que a Empresa espera ter direito, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, tais como tributos incidentes sobre vendas, bem como descontos incondicionais, devoluções de vendas e outros abatimentos concedidos aos clientes, os quais são reconhecidos como deduções da receita bruta no período em que ocorrem.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

a) Receita de vendas de produtos

O reconhecimento da receita ocorre quando: **(i)** mercado nacional, o controle é transferido ao cliente, em geral, no momento da entrega física dos produtos ou conforme a cláusula de entrega pactuada nos contratos (por exemplo, local de entrega acordado), ocasião em que o cliente passa a ter a capacidade de direcionar o uso e obter substancialmente todos os benefícios econômicos dos produtos; e **(ii)** exportação, o reconhecimento da receita ocorre no momento da transferência do controle, conforme os *Incoterms* aplicáveis a cada operação, normalmente quando os produtos são entregues ao transportador indicado ou embarcados, a depender da modalidade contratual, desde que não haja obrigações de desempenho adicionais relevantes a serem satisfeitas pela Empresa.

Não existem obrigações de desempenho adicionais relevantes associadas às vendas de produtos, tampouco componentes significativos de financiamento, uma vez que os prazos de recebimento praticados são compatíveis com as condições usuais de mercado.

3.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, devoluções e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

A Empresa realizara uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega da mercadoria.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente para as empresas do tributadas pela sistemática do Lucro Real e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social – Correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Empresa irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

A Empresa possui tratamento tributário especial para o ICMS concedido pela Lei nº 2.826, Decreto nº 23.994 de 29 de dezembro 2003 do Estado do Amazonas.

3.17. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas contábeis e alterações a normas existentes entrarão em vigor para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito a seguir. A Empresa não adotou antecipadamente essas normas na preparação das presentes demonstrações contábeis:

Futuros requerimentos Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40
1º de janeiro de 2026	Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 (CPC 51) 'Presentation and Disclosure in Financial Statements'

Na avaliação inicial da Administração, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa decorrentes da adoção dessas novas normas e alterações, considerando a natureza de suas operações e o atual estágio de aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, relativas à ausência de conversibilidade, visam estabelecer orientações específicas para situações em que uma entidade não consegue converter determinada moeda em outra moeda de forma plena, devido a restrições legais ou regulatórias, definindo critérios para mensuração e divulgação nessas circunstâncias.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação têm como objetivo esclarecer e refinar aspectos relacionados à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros, incluindo exigências adicionais de divulgação, com foco na melhoria da qualidade das informações fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis.

Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 compreende ajustes pontuais e esclarecimentos a normas já existentes, resultantes de revisões periódicas dos pronunciamentos internacionais, sem introduzir novos princípios contábeis relevantes, mas buscando eliminar ambiguidades e melhorar a consistência das normas.

IFRS 18 (CPC 51) – Presentation and Disclosure in Financial Statements substituirá o atual CPC 26 e introduz mudanças relevantes na estrutura e na apresentação das demonstrações contábeis, especialmente na Demonstração do Resultado do Exercício, estabelecendo novos subtotais obrigatórios e critérios mais claros de agrupamento e divulgação de informações, com o objetivo de aumentar a transparência e a comparabilidade entre as entidades.

Reforma tributária brasileira

Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: **(i)** Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para a esfera federal e a ampliação da incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira.

O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	930	425
Aplicações financeiras	83.616	134.015
Total	**84.546**	**134.440**

O caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades mantidas pela Empresa, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e sem penalidade no resgate, com modalidade compromissada 85% do CDB (85% a 90% em 2024).

5. Contas a receber

	2025	2024
Clientes nacional **(i)**	134.075	107.131
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	523.673	295.827
Total	**657.748**	**402.958**
(-) Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(6.023)	(3.624)
Total	**651.725**	**399.334**

Em 2025 a Administração intensificou o abastecimento *intercompany* com a inclusão da Empresa Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Soft Film"), gerando um aumento relevante dos valores a receber com partes relacionadas.

(i) Aging do saldo de contas a receber de clientes (Clientes nacionais)

Abertura por vencimento das contas a receber de clientes nacionais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	2025	2024
A vencer (a)	**126.800**	**102.715**
Vencidos		
Até 30 dias	1.247	892
De 31 a 60 dias	5	115
De 61 a 90 dias	85	-
De 91 a 180 dias	1.560	723
De 181 dias a 360 dias	1.330	1.806
Acima de 360 dias	3.048	880
Total vencidos	**7.275**	**4.416**
Total contas a receber clientes nacional	**134.075**	**107.131**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

a) Movimentação da PECLD

A Empresa registra a perda esperada de créditos de liquidação duvidosa e perda esperada, após análise individualizada dos clientes. A seguir a movimentação:

	2025	2024
Saldo inicial	**(3.624)**	**(276)**
Constituição	(2.399)	(3.348)
Saldo final	**(6.023)**	**(3.624)**

6. Estoques

	2025	2024
Matéria-prima	254.361	69.898
Produto acabado	13.547	17.208
Total	**267.908**	**87.106**

Devido à natureza dos itens comercializados pela Empresa não há indícios sobre itens de estoque obsoletos, adicionalmente a Empresa avalia recorrentemente o estoque e não identificou itens de baixa rotatividade.

7. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores exterior **(a)**	15.893	61.663
Adiantamento a fornecedores nacionais	1.474	60
Adiantamento a funcionários	61	19
Outros	2	3
Total	**17.430**	**61.745**

(a) Adiantamentos a fornecedores referem-se a valores antecipados para aquisição de mercadorias do exterior, cuja liquidação ocorrerá no momento do desembaraço aduaneiro, mediante a emissão das correspondentes notas fiscais de entrada no território nacional. Tais adiantamentos estão devidamente suportados por contratos comerciais e documentos de embarque, representando compromissos firmes de fornecimento.

8. Imobilizado

a) Composição

				Líquido	
Descrição	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2025	2024
Edificações	4%	47.522	(3.474)	44.048	45.949
Máquinas e equipamentos	10%	106.656	(41.248)	65.408	72.516
Móveis e utensílios	10%	411	(104)	307	335
Computadores e periféricos	20%	470	(338)	132	120
Ferramentas	10%	17	(5)	12	15
Empilhadeira	10%	7	(2)	5	6
Imobilizado em andamento	-	3.939	-	3.939	129
Total		**159.022**	**(45.171)**	**113.851**	**119.070**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

b) Movimentação

Descrição	2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	2025
Edificações	45.949	-	-	-	(1.901)	44.048
Máquinas e equipamentos	72.516	2.969	-	439	(10.516)	65.408
Móveis e utensílios	335	11	-	-	(40)	306
Computadores e periféricos	120	63	-	-	(52)	131
Ferramentas	15	-	-	-	(3)	12
Empilhadeira	6	-	-	-	(1)	5
Imobilizado em andamento	129	4.251	-	(439)	-	3.941
Total	**119.070**	**7.294**	**-**	**-**	**(12.513)**	**113.851**

Descrição	2023	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	2024
Edificações	14.168	581	(110)	32.692	(1.382)	45.949
Máquinas e equipamentos	75.904	2.267	(319)	4.721	(10.057)	72.516
Móveis e utensílios	121	248	-	-	(34)	335
Computadores e periféricos	135	62	-	-	(77)	120
Ferramentas	8	9	-	-	(2)	15
Empilhadeira	-	-	-	7	(1)	6
Imobilizado em andamento	9.555	27.994	-	(37.420)	-	129
Total	**99.891**	**31.161**	**(429)**	**-**	**(11.553)**	**119.070**

9. Fornecedores

a) Composição

	2025	2024
Fornecedores - Nacionais	32.115	31.055
Fornecedores - Exterior	54.766	18.024
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	1.015	467
Total	**87.896**	**49.546**

Em 2025 as negociações do exterior foram mais vantajosas em relação as nacionais.

(a) A Empresa possui contas a pagar com partes relacionadas, os quais o prazo médio de vencimento é de cerca de 180 dias após a emissão.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	2025	2024
Em moeda estrangeira			
Landesbank **(a)**	02/03/2026	1.860	5.557
Financiamento SML 2 **(a)**	30/11/2024	-	10.620
Finimp	06/05/2025	-	5.287
Total		**1.860**	**21.464**
Em moeda nacional			
Finame **(b)**	15/10/2025	-	2.206
Finame BNDES **(b)**	15/04/2026	10.230	-
Fundo Bucarest **(c)**	16/04/2026	19.385	-
Total		**29.615**	**2.206**
Total empréstimos e financiamentos		**31.475**	**23.670**
Passivo circulante		31.475	21.750
Passivo não circulante		-	1.920
Total		**31.475**	**23.670**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

(a) Financiamento da máquina extrusão para a plásticos e embalagens, adquirida da SML Maschinengesellschaft GmbH, através do banco Landesbank.

(b) Financiamento de matéria prima operacionalizado através da modalidade Finame (Financiamento à Importação). Liquidado em 2025.

(c) Em 2025 a Empresa fechou operação com o fundo Bucarest no montante R$ 60.255 com taxa de 2,5% a.m.

	2025	2024
2025	-	21.750
2026	31.475	1.920
Total	**31.475**	**23.670**

A taxa média das operações referente aos empréstimos e financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de 3% a.m.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrente de atividade de financiamento.

	Landesbank	Fin. SML 2	FINAME	FINIMP	BNDES	Bucarest	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.558**	**10.620**	**2.206**	**5.286**	**-**	**-**	**23.670**
(+) Captação	-	-	-	-	10.000	60.255	**70.255**
(-) Amortização de principal	(3.515)	(10.274)	(2.345)	(5.223)	-	(44.488)	**(65.845)**
(-) Amortização de juros	(224)	-	(289)	(98)	-	-	**(611)**
(+) Juros apropriados	154	-	428	62	230	3.618	**4.492**
Variação cambial	(113)	(346)	-	(27)	-	-	**(486)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.860**	**-**	**-**	**-**	**10.230**	**19.385**	**31.475**

	Landesbank	Fin. SML 2	FINAME	FINIMP	BNDES	Bucarest	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.694**	**8.830**	**4.443**	**-**	**-**	**-**	**20.967**
(+) Captação	-	-	-	5.072	-	-	**5.072**
(-) Amortização de principal	(3.277)	-	(2.670)	-	-	-	**(5.947)**
(-) Amortização de juros	(440)	-	127	-	-	-	**(313)**
(+) Juros apropriados	398	-	306	34	-	-	**738**
Variação cambial	1.183	1.790	-	180	-	-	**3.153**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.558**	**10.620**	**2.206**	**5.286**	**-**	**-**	**23.670**

Garantias

Não foi oferecido nenhum ativo e/ou aval dos sócios como garantia para pagamentos dos empréstimos e financiamentos.

11. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Salários e encargos sociais a pagar	729	522
Provisão de férias e encargos sociais	1.555	1.354
Total	**2.284**	**1.876**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

12. Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Cofins a recolher	3.742	1.809
PIS a recolher	807	387
ICMS a recolher	3.153	1.156
IRRF a recolher	2.622	2.260
INSS retido	33	10
ISS retido	281	30
PIS/Cofins/CSLL retido	11	8
Parcelamento IRPJ e CSLL **(a)**	19.924	30.026
Parcelamento imposto sobre importação	756	1.056
Total obrigações tributárias	**31.329**	**36.742**
Circulante	24.288	18.018
Não circulante	7.041	18.724
Total	**31.329**	**36.742**
IRPJ a recolher	13.416	6.487
CSLL a recolher	20.174	8.337
Total imposto de renda e contribuição social	**33.590**	**14.824**

(a) Parcelamento IRPJ e CSLL

Com intuito de regularização dos valores em aberto de IRPJ e CSLL dos anos de 2020 e 2021, a Empresa aderiu ao parcelamento ordinário em 2022 em 60 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele.

13. Partes relacionadas

13.1. Saldos de balanços

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	2025	2024
Ativo circulante - Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)		
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europack")	18.458	19.041
Europackne Nordeste Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europackne")	1.661	780
Guanapack Indústria de plástico Ltda. ("Guanapack")	111.897	68.368
Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Norpack")	7.265	29.333
Packduque Indústria de Plásticos Ltda. ("Packduque")	139.316	108.542
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. ("Patena")	28.175	26.860
Prismapack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Prismapack")	101.948	26.779
Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Soft Film")	114.953	16.124
Total	**523.673**	**295.827**
Ativo não circulante – Contrato mútuo		
Guanapack	27.328	-
Norpack	9.465	28.593
Prismapack	4.000	-
Total	**40.793**	**28.593**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

	2025	2024
Passivo circulante - fornecedores (Nota Explicativa nº 9)		
Guanapack	38	167
Norpack	-	300
Patena	13	-
Prismapack	964	-
Total	**1.015**	**467**

Passivo não circulante – Contrato mútuo		
Patena	5	-
Europackne	13.000	-
Total	**13.005**	**-**

Dividendos e juros de capital próprio a pagar		
Norpack	-	12.300
Paul Reiter	99	54
Total	**99**	**12.354**

13.2. Saldos de resultado

Os resultados nas transações da Empresa com partes relacionadas estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Vendas (a)	Compras	Vendas (a)	Compras
Europack	-	-	10.272	-
Europackne	8.345	-	6.689	-
Guanapack	273.695	41	188.814	355
Norpack	-	-	66.508	2.051
Packduque	138.114	3	108.297	-
Patena	66.182	799	55.596	1
Prismapack	132.855	3.640	65.643	15
Soft	170.344	-	17.658	-
Total	**789.535**	**4.483**	**519.477**	**2.422**

(a) Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. Os preços dos produtos vendidos para partes relacionadas são determinados considerando-se preços de venda de no mínimo 80% dos praticados no mercado, para os mesmos produtos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 5.000, representado por 5.000 quotas no valor nominal de R$ 1 (um real) cada uma, pertencentes na sua totalidade por quotistas sediados no Brasil.

b) Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio - JCP

Conforme contrato social, os lucros líquidos apurados em cada exercício social terão a destinação que for determinada pelos quotistas representando a maioria do capital social, garantida a todos os quotistas sua participação proporcional.

Em 2025, a título de distribuição de lucros, foram distribuídos o montante de R$ 16.800 (R$ 0 em 2024) e a título de juros de capital próprio, foram distribuídos o montante de R$ 16.800 (R$ 14.500 em 2024) para os sócios.

O JCP foi calculado com base nos saldos de reserva de lucros, cujo montante era de R$ 213.856, a taxa TJLP de 7,9067%.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

Saldo inicial	**12.354**
Dividendos e JCP pagos	(36.055)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.000
JCP **(a) (b)**	7.800
Saldo final	**99**

(a) Os saldos apresentados se referem a valores líquidos de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte);

(b) Em 2025 houve uma reversão de R$ 9.000 referente ao cálculo efetuado em 2024, sendo o montante destinado de R$ R$ 7.800.

c) Reserva de incentivos fiscais

Constituição de reserva de incentivos fiscais – Estadual

As reservas de incentivos fiscais são geradas pelo crédito presumido do ICMS estabelecido no Decreto nº 20.686/1999 de Manaus - AM. O benefício consiste na restituição de crédito presumido do ICMS na Zona Franca de Manaus, nas operações de venda em operações internas e interestaduais. A reserva é constituída com base nas normas contábeis CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais

A Empresa reconhece essa receita, bem como faz sua exclusão no cálculo da apuração do imposto de renda e contribuição social, assim como faz a transferência do referido montante para reserva de incentivo fiscal.

Constituição de reserva de incentivos fiscais – SUDAM

Correspondente à reserva que é constituída devido à adesão ao programa de incentivos fiscais federais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O valor do benefício relacionado a SUDAM em um determinado exercício é registrado na demonstração do resultado como uma redução do imposto de renda corrente, com a constituição da correspondente reserva no patrimônio líquido. Pelas regras do programa, o montante do incentivo acumulado na reserva só pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram reconhecidos o montante de R$ 200.275 (R$ 138.211 em 2024 e R$ 106.582 em 2023), sendo R$ 129.198 e R$ 71.077 em 2025 e R$ 99.705 e R$ 38.506 em 2024, de incentivos fiscais estadual e SUDAM, respectivamente.. As reservas de incentivo fiscal, somente podem ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

15. Receita líquida de vendas

	2025	2024
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos - Mercado interno	604.387	555.426
Venda de produtos – Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	789.535	519.477
Total	**1.393.922**	**1.074.903**
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas	(225.826)	(174.458)
Devoluções e descontos	(7.153)	(6.606)
Total	**(232.979)**	**(181.064)**
Receita liquida	**1.160.943**	**893.839**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

16. Custos e despesas por natureza

A Empresa apresenta custos e despesas baseada em sua função, conforme apresentado abaixo:

	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	(840.530)	(607.531)
Gerais e administrativas	(65.587)	(61.906)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(2.399)	(3.348)
Outras receitas/(despesas) operacionais	130.753	98.752
Total	**(777.763)**	**(574.033)**

Materiais diretos (matéria-prima, embalagem)	(763.499)	(554.246)
Despesas comerciais	(45.097)	(40.349)
Pessoal	(33.324)	(35.148)
Serviços de terceiros	(25.226)	(12.346)
Depreciação	(12.513)	(11.552)
Energia elétrica	(11.345)	(11.097)
Gastos gerais	(4.456)	(4.032)
Custo apropriado ao estoque	(4.722)	1.641
Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.399)	(3.348)
Impostos e taxas	(1.637)	(1.431)
Despesas com TI	(1.144)	(1.216)
Combustíveis e lubrificantes	(798)	(657)
Material de consumo	(550)	(650)
Despesa com viagem	(583)	(310)
Receita de incentivo fiscal - Estadual **(a)**	129.198	99.705
Outras receitas/(despesas)	332	1.003
Total	**(777.763)**	**(574.033)**

(a) Nessa rubrica encontram-se registrados os ganhos obtidos com a redução do ICMS conforme benefícios oferecidos pela Lei nº 2.826, decreto 23.994 de 29 de dezembro de 2003. Vide Nota Explicativa nº 14.c.

17. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros ativos	357	392
Rendimento de aplicação financeira	10.371	13.350
Descontos recebidos	3.469	3.983
Resultado com instrumento financeiro derivativo	893	2.728
Outras receitas financeiras	94	-
Total	**15.184**	**20.453**

Despesas financeiras		
Juros passivos	(3.175)	(3.513)
Descontos concedidos	(393)	(2.526)
Resultado com instrumento financeiro derivativo	(5.987)	(38)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.492)	(1.053)
Outras despesas financeiras	(45)	-
Total	**(14.092)**	**(7.130)**

Variação cambial, líquida		
Variação cambial ativa	7.104	-
Variação cambial passiva **(a)**	(2.125)	(12.499)
Total	**4.979**	**(12.499)**

Resultado financeiro, líquido	**6.071**	**824**

(a) A natureza destas variações se refere a Empréstimos e Fornecedores com contas a pagar do exterior, nos montantes de R$ 491 e R$ 4.488, respectivamente.

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	2025
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**389.251**
Adições temporárias e permanentes	
Provisões de despesas	2.682
Provisão para demandas judiciais	14
Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	156
Outras deduções	315
Exclusões temporárias e permanentes	
JCP	(16.800)
Variação cambial não realizada	(2.931)
Base de cálculo	**372.687**
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes	
CSLL - 9%	(33.542)
IRPJ - 15% + 10% adicional	(93.148)
(-) IRPJ - Benefício SUDAM **(a)**	71.077
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(55.613)**

(a) Vide Nota Explicativa nº 14.c.

19. Provisões para demandas judiciais

A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributário, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas:

	2025		
Descrição	**Depósitos judiciais**	**Demandas judiciais**	**Demandas judiciais líquidas**
Trabalhista	(73)	43	(30)
Tributário **(a) (b)**	(36.635)	-	(36.635)
Total	**(36.708)**	**43**	**(36.665)**

	2024		
Descrição	**Depósitos judiciais**	**Demandas judiciais**	**Demandas judiciais líquidas**
Trabalhista	-	29	29
Tributário **(a) (b)**	(9.561)	-	(9.561)
Total	**(9.561)**	**29**	**(9.532)**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

(a) Trata-se de Mandado de Segurança vinculado ao processo nº 1012982- 27.2024.4.01.3200 que busca excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores relativos ao incentivo fiscal de ICMS do Programa Desenvolve/AM, independentemente dos requisitos da Lei nº 14.789/2023. O processo está suspenso desde 18/07/2025, aguardando julgamento do STF no Tema 843, cuja sessão prevista para 25/02/2026 foi adiada, sem nova data. A probabilidade de perda foi classificada como "Possível", diante da ausência de entendimento definitivo do STF. Caso a decisão seja desfavorável, os valores depositados judicialmente serão revertidos em favor da União Federal, sendo depositados em 2025 o montante de R$ 11.156 (R$ 9.561 em 2024).

(b) Trata-se de Mandado de Segurança vinculado ao processo nº 1035869-05.2024.4.01.3200 que busca excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, dos valores relativos ao incentivo fiscal de ICMS concedido no âmbito do Programa Desenvolve do Estado do Amazonas, independentemente do atendimento aos requisitos previstos na Lei nº 14.789/2023. Atualmente, o processo aguarda julgamento de recurso de apelação interposto pela Empresa, em razão de sentença desfavorável proferida em primeira instância. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a administração classificou a probabilidade de perda como possível, considerando a inexistência, até o momento, de entendimento jurisprudencial consolidado sobre a matéria. Na hipótese de decisão definitiva desfavorável, os valores depositados judicialmente poderão ser convertidos em renda em favor da União Federal, sendo depositados em 2025 o montante de R$ 15.918 (R$ 0 em 2024).

A movimentação da provisão nos exercícios de 2025 está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**297**
Constituição	(268)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**29**
Constituição	14
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**43**

19.1. Contingências de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa é parte em ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Tais processos representam o montante de R$ 39.166 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 3.419 em 2024).

Aumento relevante em virtude das discussões judiciais em torno dos processos 1035869-05.2024.4.01.3200 e 1012982- 27.2024.4.01.3200, que buscam excluir da base de cálculo os valores do incentivo fiscal do ICMS no âmbito do Programa Desenvolve do Estado do Amazonas.

20. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	2025	2024
Ativos financeiros - custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	84.546	134.440
Clientes	651.725	399.334
Adiantamentos	17.430	61.745
Total	**753.701**	**595.519**

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	31.475	23.670
Fornecedores	87.896	49.546
Outros passivos	2.140	185
Total	**121.511**	**73.401**

Docusign Envelope ID: D753A0CC-6B4B-4389-89A7-9FD2A57C8E80

b) Risco de mercado

i) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

Os resultados e os fluxos de caixa operacionais da Empresa são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como exposição de crédito a clientes.
A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter concentração destes investimentos em um único grupo econômico.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é administrada pela gerência financeira da Empresa. A previsão de fluxo de caixa é realizada mensalmente e monitorada diariamente para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Empréstimos, financiamentos	31.475	-	-	-	**31.475**
Fornecedores	87.896	-	-	-	**87.896**
Outros passivos	2.140	-	-	-	**2.140**
Total	**121.511**	**-**	**-**	**-**	**121.511**
Em 31 de dezembro de 2024					
Empréstimos, financiamentos	21.750	1.920	-	-	**23.670**
Fornecedores	49.546	-	-	-	**49.546**
Outros passivos	185	-	-	-	**185**
Total	**71.481**	**1.920**	**-**	**-**	**73.401**

20.1. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados.

O nível de endividamento da Empresa é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

* * *